
O GIRO DA ECONOMIA NOS GOVERNOS LULA, DILMA E TEMER: da euforia ao rombo nas contas públicas no Palácio do Planalto

Jonathan Guedes da Silva Ricardo¹

RESUMO

O presente artigo se propõe a analisar o humor da economia durante os governos dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff e Michel Temer, focando nos principais momentos da atividade econômica nos três períodos. Este trabalho colocará enfoque no giro que a economia deu nos últimos anos, quando o crescimento e os baixos índices de desemprego deram lugar a uma recessão econômica e a uma crise política sem precedentes na história do Brasil. Para tanto, este estudo se apoiará nos números oficiais divulgadas pelo Ministério da Fazenda e também nas sensações do (cidadão-) consumidor. Este trabalho englobará um breve exame dos dados coletados por um estudo feito com 54 (cinquenta e quatro) pessoas que responderam algumas perguntas relacionadas a mercado de trabalho, poder de compra, flutuação nos preços, etc. Tal exame concederá subsídios para que se reflita sobre o quanto as deliberações econômicas tomadas pelo poder público impactam a vida dos cidadãos, e o quanto o sobe e desce do desempenho econômico forçam mudanças nos hábitos comportamentais das pessoas. Finalmente, o artigo propõe algumas políticas econômicas que podem ser adotadas para a estabilização da economia a curto e longo prazo, de modo a promover qualidade de vida aos cidadãos e sem que isto impacte negativamente as contas públicas.

PALAVRAS-CHAVE: Economia. Políticas econômicas de Governo. Equilíbrio nas contas públicas. Palácio do Planalto. Cidadão-consumidor.

¹ Licenciado em Pedagogia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Graduando de Defesa e Gestão Estratégica Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisador em Educação, estudos socioeconômicos e estudos internacionais. Contato: jonathanguedesricardo@gmail.com.

INTRODUÇÃO: BALANÇOS DA ECONOMIA NOS GOVERNOS LULA A TEMER, VIA DILMA

Primeiro de janeiro de dois mil e três. Luiz Inácio Lula da Silva (PT), considerado uma importante figura política do cenário brasileiro, assume a Presidência da República. Com uma certa cautela de não assustar o mercado, que costuma ver com bons olhos a eleição de candidatos mais ao centro, nomeou como Ministro de Estado da Fazenda Antonio Palocci Filho e para o comando do Banco Central do Brasil o internacionalmente conhecido Henrique Meirelles. Apenas mais tarde, viria a assumir aquele primeiro cargo o economista Guido Mantega. Mostrar que rupturas bruscas não se levariam a cabo em seu governo era o que almejava o recém empossado, frente a um cenário que era mistura de euforia, especulações e desconfiança.

Em linhas gerais da economia brasileira do Governo Lula, notou-se alguns indicadores muito concretos de que o país crescia. O controle da inflação dentro dos índices estipulados pelos órgãos do governo, o aumento nas concessões de créditos ao consumidor e aos setores produtivos, as políticas de estímulo ao consumo, as constantes quedas nas taxas de desemprego e a formulação de políticas de redistribuição de renda foram algumas das características do cenário econômico brasileiro sob o comando do político pernambucano.

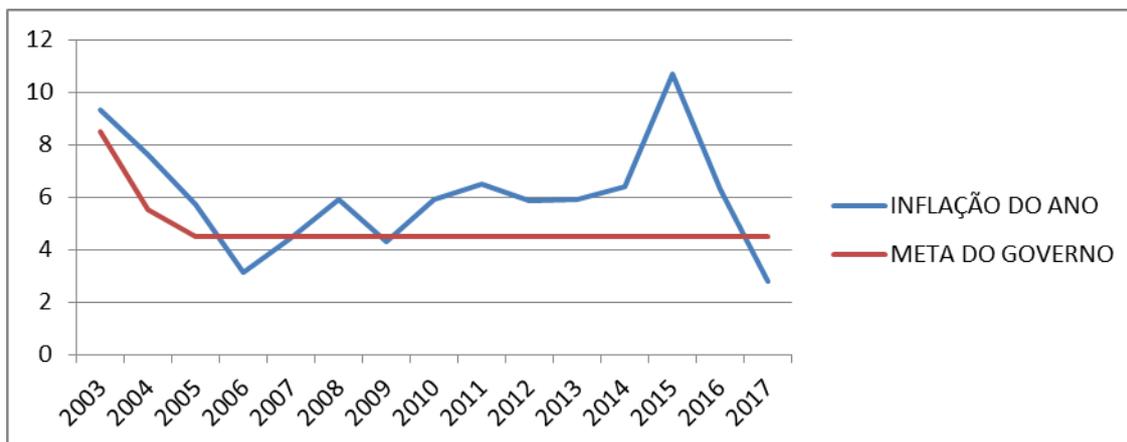
Quando se fala em inflação, geralmente existe uma ideia muito comum dos preços dos bens e serviços que sobem quando se vai às compras do mês, por exemplo. Não obstante, o conceito vai muito além. Na definição trazida por Aviles (2009, p. 14),

A inflação é entendida como um processo de aumento contínuo e generalizado nos níveis de preços. Dentro desse conceito, é importante destacar que a inflação; (a) é um processo e não um fato isolado; (b) envolve aumentos contínuos e não esporádicos de preços; e (c) aumentos generalizados de preços e não isolados. Trata-se de um fenômeno universal, comum a praticamente todos os países, variando apenas de intensidade e de época para época.

O IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) é um índice que mensura as oscilações dos preços do mercado que chegam ao consumidor final, isto é, a qualquer cidadão, no ato de compra e venda de determinados bens e serviços. É importante dizer que esses números representam o índice oficial da inflação no país.

Abaixo temos os números da inflação acumulada no Brasil, bem como as metas que foram estabelecidas pelos governos que administraram o país de 2003 a 2017:

GRÁFICO 1: Inflação acumulada (números oficiais)



Fonte: Banco Central do Brasil.

As projeções iniciais que os diferentes governos federais divulgam anualmente sobre os índices inflacionários, as chamadas “metas”, são os números que cada um deles, com uma série de políticas econômicas (sejam elas mais ortodoxas ou mais desenvolvimentistas), se propõem a fechar o ano, em observação às margens de tolerância permitidas para um número um pouco mais acima ou mais abaixo do estipulado.

Segundo Montes (2009, p. 237),

Atualmente, diversos países, dentre eles o Brasil, utilizam o regime de metas para a inflação como principal guia de condução da política monetária. Seus proponentes advogam que esse regime resulta em uma melhor – e mais crível – maneira de conduzir a política monetária, levando a um maior nível de transparência e responsabilidade da autoridade monetária, além de se tornar com o tempo a melhor âncora para as expectativas de inflação. Embora alguns trabalhos apontem evidências empíricas favoráveis à existência de uma relação entre o regime de metas para a inflação e os resultados observados para a inflação e para as expectativas de inflação, sugerindo que, após sua implementação, a inflação tendeu a se manter em um patamar baixo e estável, essas evidências são contestadas por estudos que apontam resultados não conclusivos.

As constantes reduções nos índices de desemprego experimentados pelo Brasil ao longo de todo o Governo Lula tiveram seu melhor resultado histórico em

2014, já sob o comando de Dilma Rousseff (PT), em 4,3%². Não sabia o Brasil, tampouco a própria classe política, que dentro de poucos meses a economia giraria num movimento de cento e oitenta graus para um difícil período de recessão econômica, que custaria o emprego de milhões de brasileiros e que seria impactada inclusive pelos desdobramentos da crise política que atingiria em cheio ocupantes do Palácio do Planalto, do Congresso Nacional, do empresariado e outras figuras conhecidas de Brasília. Neste cenário, o índice do desemprego voltaria à casa dos dois dígitos.

A concessão de expressivas linhas de créditos a setores produtivos da economia e também ao consumidor, justamente para estimular a economia, rendeu resultados muito positivos para o país. Além da surpreendente redução nos índices de pobreza e da consequente melhora na qualidade de vida, de um modo geral, da população. Somada a esses fatores, deve-se apontar a importância das políticas de redistribuição de renda, que ampliaram ainda as fronteiras por onde o dinheiro brasileiro circulava.

Os aumentos dos salários-mínimos anualmente, embora não representem o valor mínimo real para se viver com uma qualidade de vida considerável no país, ainda assim acompanharam os índices de inflação do último ano mais o desempenho do Produto Interno Bruto do ano retrasado ao reajuste³. A tese defendida neste estudo é de que os cálculos representariam a realidade do consumidor se levassem em conta a cesta básica mais cara do país, bem como os preços dos serviços que requerem maiores desembolsos por parte do cidadão. Neste caso, as variações nos preços deveriam ser acompanhados com maior frequência pelos órgãos econômicos do governo.

A herdeira política de Lula, Dilma Rousseff, veio como a promessa de continuar os movimentos econômicos do padrinho político, apenas com os ajustes contextuais necessários. O ministro de Estado da Fazenda Guido Mantega, por exemplo, atravessou os dois governos petistas e foi um dos principais interlocutores de Dilma, até a entrada em cena das mãos de ferro de Joaquim Levy.

É interessante notar que o Governo Dilma experimentou duas realidades econômicas. O crescimento econômico, a geração de emprego, as linhas de créditos

² Percentual que recai sobre a população economicamente ativa do país. O número é do IBGE.

³ Se o desempenho for negativo, eleva-se o índice a zero.

e o otimismo do governo e do mercado deram lugar aos movimentos do Executivo em amenizar os efeitos de queda da economia, a partir do segundo mandato. Junto com a reeleição, Dilma herdaria um Palácio do Planalto em chamas.

Assim da vitória apertadíssima, a presidente da República desagradou parte da própria base de sustentação ao nomear Levy como seu ministro da Fazenda, conhecido pela defesa enfática por um “ajuste fiscal” naquele momento. Diferente do padrinho político, que concedia considerável autonomia para sua equipe econômica implementar as políticas do governo, percebe-se em Dilma um papel de interventora nas ações de seus subordinados. Somado a isso, os integrantes do núcleo das finanças não eram tão coesos, tendo em vista os perfis de quadros como Levy de um lado e Nelson Barbosa (ministro de Estado do Planejamento) de outro. Uma mistura de visões que poderia resultar ou num milagre econômico ou em algum desastre.

A inflação galopando os 10% frente à meta dos 4,5, o dólar sendo cotado a quatro reais, o país perdendo o selo de bom pagador por agências de classificação de riscos, o desemprego subindo e as finanças do trabalhador recuando foram algumas das evidências de que 2015 não foi um ano bom para a economia brasileira. Entregar a economia a Levy significava o voto que Dilma dava ao ministro para salvar o país da berlinda da recessão e a da tarefa de arrumar as contas públicas.

Por outro lado, o ministro não era bem visto por diferentes grupos. A base aliada e os sindicatos apontavam que os direitos do trabalhador estavam ameaçados pelas políticas do governo. O empresariado, por sua vez, se viu traído pela elevação da carga tributária. No entanto, os ajustes fiscais buscavam justamente agradar as elites econômicas.

Suas ações, sempre subordinadas ao aval da comandante do Executivo, não conseguiram diminuir o déficit orçamentário do ano de 2015. As cifras das despesas eram bem superiores que as cifras das receitas do governo. Fechar a torneira dos gastos públicos era crucial para salvar a economia e continuar honrando os compromissos do governo. Cogitava-se, inclusive, aumentar impostos para se chegar ao equilíbrio nas contas públicas.

Dialoga-se com Correia (2008, p. 69) quando traz a constatação de que:

O mais importante aqui é perceber o teor discricionário envolvido no gerenciamento da política fiscal, sobretudo no lado dos gastos públicos, mas não isenta a necessidade de envolvimento da autoridade fiscal como cônjuge atuante para o sucesso de uma política de aumento no crescimento econômico. Projetar um ajuste fiscal pautado em incrementos nos impostos, além de gerar incertezas acerca do modo como as receitas serão utilizadas, acaba estimulando cortes nos gastos em investimentos, variável de suma importância na promoção do crescimento econômico, haja vista o vício que os governos populistas têm em ampliar os gastos correntes.

Fundamental trazer a evidência de que políticas de contenção de gastos e o equilíbrio da balança são necessários, mas sempre que acompanhados de uma gestão eficiente, transparente e que seja de longo prazo, e, claro, sem se esquecer dos compromissos do Estado para com seus cidadãos. Neste último caso, observar os investimentos em saúde, educação, segurança, moradia e todas as garantias previstas pela jurisprudência nacional são imprescindíveis. Aliás, como há de se concordar em profunda plenitude, “[...] Mais do que garantias, é necessário o cumprimento do que está previsto pelos dispositivos legais por parte do Estado. A certeza jurídica é parte constituinte de um Estado entendido como Democrático de Direito” (RICARDO, 2017, p. 53).

Além disso, o aumento no número de impostos ou nos percentuais dos que já existem nem sempre é uma saída válida em tempos de recessão. Com a queda da economia, os índices de desemprego aumentam, o poder de compra do consumidor cai e, portanto, o cidadão e as empresas não têm como arcar com mais contribuições. Por mais que a arrecadação do governo despenque, é necessário fazer mais com menos recursos por meio de políticas eficazes. E esse é justamente um dos maiores desafios no país.

Com a saída de Levy do Ministério da Fazenda, entra em cena Nelson Barbosa. Os problemas, no entanto, continuam. Como se não bastasse os péssimos indicadores econômicos, as acusações de que Dilma Rousseff praticou pedaladas fiscais enquadraram a mandatária no crime de Responsabilidade Fiscal. Após um desgastante processo político em meio à acusações e negociações, Brasília enfrentou uma de suas piores crises de polarização. Economia em baixa e a crise política resultado dos desdobramentos da Operação Lava Jato da Polícia Federal e do próprio impeachment em si foram alguns dos acontecimentos que marcaram o fim da administração Dilma Rousseff.

As promessas feitas pelo até então governo federal não foram o bastante para evitar a queda definitiva, em 31 de agosto de 2016, da presidente. Em meio a um controverso processo de julgamento que, reconheça-se, foi de longe dominado por aspectos políticos do que a visão jurídica necessária nesses casos, é importante sublinhar que uma parcela lamentável de deputados e senadores que julgaram o processo de responsabilidade fiscal da mandatária eram investigados pela justiça do país.

Com as malas no jardim do Palácio da Alvorada, Dilma dá lugar ao novo presidente do Brasil: Michel Temer (PMDB). Como vice-presidente até então, é ele o primeiro na linha sucessória do poder com o afastamento da petista. Até nos dias atuais, é fortemente acusado de ter orquestrado, nos bastidores, a queda da primeira presidente mulher na história do Brasil.

Considerado conspirador e golpista por uns, e salvador da pátria por outros. Nomeia como ministro de Estado da Fazenda e Previdência Social o experiente Henrique Meirelles, com a promessa de recuperação e estabilização da economia e de realização de reformas necessárias para a reestruturação e modernização do país, entre elas a Reforma Trabalhista e a Reforma da Previdência.

O mercado, de uma maneira geral, muito se entusiasmou com a chegada de Temer ao poder. Mais flexível às aspirações da classe empresária, não tardou em mandar o recado já nos momentos iniciais do processo de julgamento de Dilma: o lançamento da carta *Uma ponte para o futuro*. No documento, selando de vez a ruptura PT-PMDB no plano nacional, destaca-se o cenário de pessimismo nacional e elenca-se uma série de medidas necessárias para o Brasil sair da recessão.

É possível ler no documento a pretensão da nova equipe política para com uma nova realidade social, na medida em que afirmam que:

Faremos esse programa em nome da paz, da harmonia e da esperança, que ainda resta entre nós. Obedecendo as instituições do Estado democrático, seguindo estritamente as leis e resguardando a ordem, sem a qual o progresso é impossível. O país precisa de todos os brasileiros. Nossa promessa é reconstituir um estado moderno, próspero, democrático e justo. Convidamos a nação a integrar-se a esse sonho de unidade. (PMDB, 2015, p. 19).

Temer, escancaradamente, enxerga na privatização e nas reformas estratégias a serem adotadas. Rodeado por ministros e aliados de bancadas que lhe garantiu a chegada ao poder, permite a essas figuras espaço para a formulação de

novas políticas para atender aos seus interesses. Neste cenário, temos os ruralistas e a bancada evangélica como dois dos grupos que deram sustentação política ao novo governo em troca de pacotes de concessões políticas e financeiras. Temer se vê domado pelo grupo do “culto do boi”.

Chegando ao final do ano de 2017, a economia já dá sinais de vida. Com a inflação sob controle e com os índices de geração de emprego acumulando alta, Michel Temer se vê mergulhado em constantes acusações de crimes de organização criminosa, participação em atos de corrupção, dentre outros. Nas duas vezes em que foram abertas votações sobre pedido de impedimento do presidente, houve vitória do Palácio do Planalto. Sempre com as negociações a qualquer custo como pano de fundo.

Por outro lado, aparece como algo contraditório e que merece desprezo e condenação os gastos que o governo teve (e continua tendo) para manter o apoio de sua base aliada quando o país precisa com urgência fazer cortes nos gastos. Ora, se o rombo da previdência chegou a um patamar insustentável e que não há outra saída se não a reforma (segundo a equipe econômica do governo), por que desperdiçar mais dinheiro com emendas parlamentares que visam justamente atender aos interesses do presidente? Já inclusive inauguro aqui um novo ditado: faça o que diz o Planalto, mas não repita o que ele faz.

ECONOMIA E SENSações NO BOLSO DO CONSUMIDOR

A metodologia de pesquisa utilizada para esta parte do estudo foi a de elaborar um questionário com algumas perguntas básicas que seriam feitas a um universo de 54 (cinquenta e quatro) pessoas, aleatórias, em diferentes lugares nas cidades do Rio de Janeiro (RJ), Duque de Caxias (RJ), Água Branca (AL), Recife (PE) e Curitiba (PR). Realizado ao longo do segundo semestre de 2017, é primordial acrescentar que este estudo foi integralmente financiado pelo próprio autor do artigo, sem ajuda de custo de nenhuma outra instituição ou pessoa física.

Foram cinco o número de perguntas feitas aos entrevistados: (i) Qual foi a sua sensação sobre a variação no preço dos produtos e serviços por você adquiridos desde 2003 até 2017?; (ii) De que forma você sentiu essa variação nos preços?; (iii) O salário-mínimo é suficiente para cobrir os seus gastos mensais?; (iv)

O que você acha das políticas econômicas adotadas pelos três últimos governos federais: Lula, Dilma e Temer?; e (v) O que seria preciso fazer, na sua opinião, para o crescimento da economia do Brasil?.

Com relação à primeira pergunta, ficou em 92,59% (50/54) o percentual de entrevistados que afirmaram que sentiram um aumento no preço dos produtos e serviços adquiridos desde 2003. De fato ao longo desses anos foram muito pontuais e baixas as deflações de preços, e isto se explica, em alguma parte, no aumento do salário-mínimo anualmente. Os demais, 7,41% não responderam a pergunta.

Muito sagaz a constatação teórica trazida por Santoro (2015, p. 15) de que:

De maneira geral, a literatura pós-keynesiana destaca quatro diferentes grupos que podem afetar os custos e, conseqüentemente, o nível de preços: trabalhadores, governo, setor externo e empresários. Por rivalizarem entre si na divisão da renda agregada, são estes grupos os que dão origem e mantêm o conflito distributivo. O trabalho é um fator de importância considerável para a produção de praticamente todos os bens da economia e, tendo o salário nominal como a sua remuneração, tem-se que o aumento deste pode acabar comprimindo o lucro de modo a pressionar os preços. O governo, por meio dos impostos, também tem a possibilidade de interferir na remuneração dos empresários e, conseqüentemente, pressionar os preços. O setor externo pode impactar tanto nos custos quanto nos preços finais (que reduzirão, em caso de aumento destes, o lucro real). Por fim, uma vez que se entende a margem de lucro como sendo a remuneração dos empresários e também como um componente de custo, este último grupo pode pressionar os preços simplesmente buscando uma expansão de sua renda.

Quando questionados sobre a maneira como sentiram a variação nos preços, a maioria dos entrevistados deu exemplos sobre o poder de compras em diferentes períodos de tempo (42/54). Se antes era possível encher o carrinho de compras gastando determinado valor, agora é necessário desembolsar muito mais para levar muito menos. Essa sensação, longe de ser uma evidência isolada, é compartilhada por muitos brasileiros. Isto porque mesmo que o salário-mínimo aumente, para dar conta de suprir todas as necessidades de uma família de quatro pessoas, por exemplo, seria necessário levar em conta a alta nos preços dos diferentes serviços e bens adquiridos ao longo de um mês.

Ainda na pergunta 2, cinco dos entrevistados não quiseram responder e sete não souberam responder.

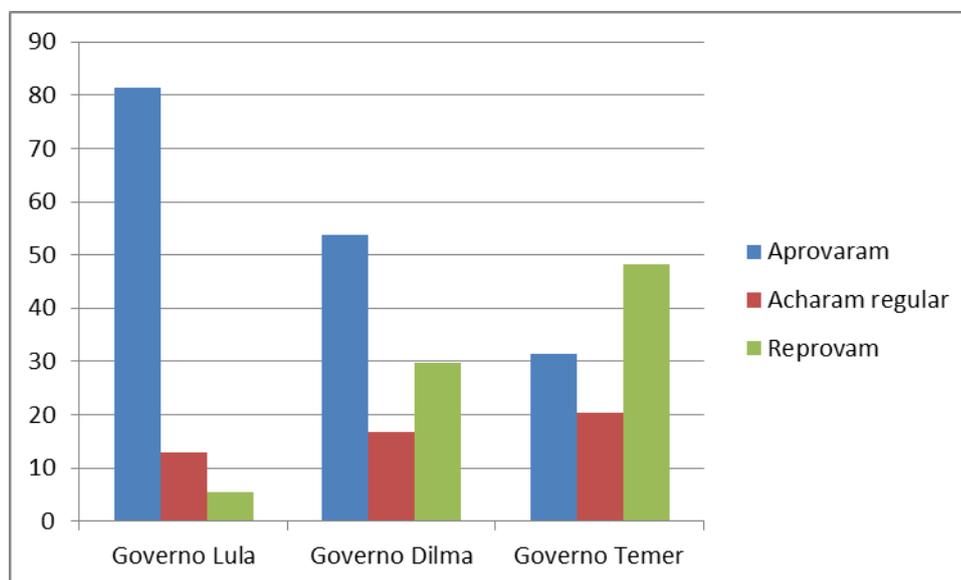
Ainda na questão do salário-mínimo, e já passando para a pergunta de número três, 96,29% dos entrevistados afirmaram que este mínimo nacional é insuficiente para cobrir os gastos médios mensais das famílias. A constatação, com

exceção de dois casos, foi unânime: as famílias não conseguem equilibrar o salário básico com as altas dos preços externos. Apenas dois dos entrevistados afirmaram que conseguem honrar os compromissos de maneira tranquila com o salário que recebem (e que, segundo eles, são os mesmos do piso nacional).

A questão seguinte, sobre o que cada entrevistado achava das políticas econômicas dos governos Lula, Dilma e Temer, os resultados acompanharam o humor da economia nas três gestões. Lula foi o melhor avaliado, com 81,48% (44/54) aprovando suas políticas econômicas, 12,96% (7/54) achou regular e 5,55% (3/54) reprovando a maneira como o ex-presidente conduziu a economia.

Com relação às políticas do governo Dilma, 53,70% (29/54) aprovou, 16,66% (9/54) avaliou como regular e 29,62% (16/54) reprovou o desempenho das finanças de seu governo. Sendo Michel Temer o avaliado, 31,48% (17/54) aprovou suas políticas econômicas, 20,37% (11/54) avaliou como regular e 48,14% (26/54) reprovou a desenvoltura do governo que assumiu a presidência da República em 2016.

GRÁFICO 2: Avaliação das políticas econômicas dos governos, em %



Fonte: Questionário parte deste estudo. Desenvolvimento próprio.

Finalmente, quando perguntados sobre o que seria necessário fazer para que a economia voltasse a crescer, as respostas foram das mais diversificadas. Importante frisar que um mesmo entrevistado pode ter dado uma, duas ou até três

respostas para este questionamento. As respostas dadas foram, em ordem a partir das mais citadas: 1º) criação de empregos (30 entrevistados citaram essa solução); 2º) combate à corrupção (25); 3º) redução nos preços dos alimentos e demais produtos (18); 4º) Aumento dos salários (12); 5º) investimento do governo nos setores produtivos (6); 6º) corte nos gastos do governo federal (5); 7º) reforma trabalhista (3); 8º) políticas de crédito para o consumidor (3); 9º) cursos de qualificação profissional para os trabalhadores (2); e 10º) redução no número de deputados e senadores (1).

ECONOMIA E POLÍTICAS DE GOVERNO: IMPACTOS NO PALÁCIO, IMPACTOS NO BOLSO DO CONSUMIDOR

Em toda e qualquer gestão, e em particular no que tange à gestão pública, o apego pela transparência e pela responsabilidade financeira são de suma importância para a estabilidade da economia. Embora os diferentes governos tenham discursos afiados que pregam o equilíbrio nas contas e o corte nos gastos, se vê na realidade que nem sempre tudo que é falado é colocado em prática.

É uma regra que desde os núcleos mais íntimos, no caso dentro do contexto familiar, é amplamente aprendido: é proibido gastar mais do que se tem. No contexto do governo, as obrigações constitucionais devem ser honradas sempre, e as políticas econômicas implementadas devem estar direcionadas, longe de jogos políticos de interesses, para o aumento da qualidade de vida da população em sintonia com o crescimento da produção do país.

A realidade da maior parte da população, ainda em 2018, nos diz que a administração pública ainda é muito omissa e incompetente quanto às demandas que o Brasil e os brasileiros solicitam. O crescimento nos índices de violência, as carências enfrentadas pela educação, a corrupção instalada no meio político, a deterioração da saúde pública, os históricos das obras não concluídas do Amapá ao Rio Grande do Sul, a falta de planejamentos substanciais, o desleixo no uso dos recursos (e sejam eles quais forem) públicos e os interesses particulares que sobressaem aos interesses coletivos são algumas das situações enfrentadas por esta que é uma das maiores economias mundiais.

Aos olhos de uma sociedade que ainda carece de serviços públicos de qualidade, ver a torneira da máquina pública derramando dinheiro sem que haja um retorno é de uma revolta sem tamanho. Sem contar com a alta carga de impostos⁴ aos quais somos submetidos, e que garantem vida ao Estado, sem que melhorias sociais em longo prazo sejam reparadas.

Ouvindo os relatos dos entrevistados que participaram do estudo, são notórias as mudanças no comportamento do consumidor brasileiro a partir da recessão econômica que o Brasil enfrentou nos últimos anos. Se antes sobre o consumo não caíam as rédeas, agora os gastos são mais controlados e com a prevalência da razão sob o impulso da emoção. Gastos com lazer, com reforma da casa, com transporte ou com alimentação, por exemplo, sofreram profundas adaptações econômico-contextuais.

Até mesmo a preferência por outras marcas mais em conta foi a maneira como muitas famílias encontraram de reduzir gastos. Negociar com o comércio, usar a calculadora com mais frequência e optar por compras semanais e até mesmo diárias ao invés das mensais são outros hábitos incorporados ao cotidiano financeiro do consumidor.

Em contextos de recessão, muito rápido popularizam-se conceitos como “poupança”, “controle”, “cortes”, etc. Ninguém está disposto a afundar suas finanças como o fez o governo federal. No meio do caos, aumenta a informalidade no mercado de trabalho e também os trabalhos autônomos, já que o número de demissões supera o número de contratações no período. Se antes, na maioria dos casos, fazer pesquisas não fazia tanto diferença no bolso, os novos comportamentos apontam para uma nova tendência: a dos orçamentos antes de se fechar qualquer tipo de negócio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, buscou-se desprezar as ideias de Estado mínimo ou Estado máximo. O importante, na visão aqui defendida, é que o Estado honre seus compromissos sociais sem se esquecer das políticas vitais para o crescimento da

⁴ O próprio fato dos impostos incidirem sobre o consumo e não sobre a renda é outro complicador que determina maiores sacrifícios econômicos aos que menos detém poder de compra, além de não estimularem o próprio consumo (que, por sinal, é vital para a roda da economia).

economia. Assim como o equilíbrio nas contas é primordial para a saúde do Estado e para o humor do mercado, também é importante no meio político gestores que não vejam o extremismo como um instrumento de promoção de ideias que são vendidas como necessárias ao país.

Cuidar de algo tão precioso (literalmente) e que acima de tudo é oriundo das contribuições do cidadão consumidor e trabalhador requerem um zelo e uma transparência que não aceitam deslizes. A partir do momento que a promessa é a de investir em determinadas áreas, como educação e saúde, não se deve aceitar outro resultado se não uma educação básica de qualidade e atendimentos médicos de primeira linha. Isso é o mínimo que o contribuinte pode aceitar.

A análise dos cenários econômicos dos governos Lula, Dilma e Temer nos permitiu perceber que o Brasil, que lá em 2003 experimentou um crescimento real sem precedentes, mais tarde passou a ver o castelo financeiro ruir. E com ele vem a recessão que, mais que qualquer outra parte, impacta mais negativamente o trabalhador.

O ponto de vista trazido por este estudo é de que a economia do Estado não deve ser baseada no sacrifício do trabalhador, mas por meio de uma série de políticas robustas que garantam o crescimento econômico do país e a consequente melhoria na qualidade de vida da população. Por outro lado, combater a corrupção deve ser parte de todo e qualquer Estado que se apoia nos princípios democráticos. A má utilização dos recursos públicos deve ser passível de punições mais severas e exemplares para as futuras gestões.

Mesmo sabendo que o ciclo da crise faz parte, indissociavelmente, do sistema capitalista, chancela-se aqui uma série de políticas econômicas que se acredita serem indispensáveis para uma economia mais estável: o controle da inflação; o aumento do salário-mínimo que dialogue com a realidade dos preços; o combate severo à corrupção; competência nos investimentos em educação e formação profissional; gestões mais transparentes e eficazes frente às demandas populacionais; a desburocratização do Estado; políticas de incentivo ao consumo e com condições mais atrativas ao consumidor e à iniciativa privada; fortalecimento dos direitos trabalhistas; políticas de redistribuição de renda; e melhor planejamento nos movimentos das estatais, sem que haja necessidade de programas de privatizações. Na verdade, quando o Estado gere bem seus recursos, a privatização

de serviços básicos como saúde, educação, transporte e saneamento básico não são necessários.

São essas algumas medidas que se acredita permitir a roda da economia girar de maneira saudável. Cidadão empregado consome. A iniciativa privada lucra. O Estado arrecada e dá conta de seus compromissos. Os economistas, otimistas, investem. E, assim, o dinheiro circula. Receita traduzível a qualquer língua, mas que só faz parte da realidade com ações contundentes, abrangentes e constantes.

THE SPIN OF THE ECONOMY IN GOVERNMENTS LULA, DILMA AND TEMER: from euphoria to deficit in the public accounts in the Palácio do Planalto

ABSTRACT

This article proposes to analyze the mood of the economy during the governments of the presidents Luiz Inacio Lula da Silva, Dilma Rousseff and Michel Temer, focusing on the main moments of economic activity in the three periods. This paper will focus on the turn of the economy in recent years, when growth and low unemployment rates have given way to an economic recession and an unprecedented political crisis in Brazilian history. Therefore, this study will be based on the official figures released by the Ministry of Finance and also on the sensations of the (citizen) consumer. This work will include a brief examination of the data collected by a study of 54 (fifty-four) people who answered some questions related to the labor market, purchasing power, fluctuation in prices, etc. Such an examination will provide subsidies to reflect on how much the economic deliberations taken by the public power impact the life of the citizens, and how much it rises and descends of the economic performance forces changes in the behavioral habits of the people. Finally, the article proposes some economic policies that can be adopted for the stabilization of the economy in the short and long term, in order to promote quality of life for the citizens and without this negatively impacting the public accounts.

KEYWORDS: Economy. Government economic policies. Balance in public accounts. Palácio do Planalto. Citizen-consumer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AVILES, M. D. S. *Inflação e câmbio pós Plano Real*. Monografia de Graduação. Centro Sócio Econômico do Departamento de Ciências Econômicas. Universidade Federal de Santa Catarina, 2009. 73 p.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Histórico de Metas para a Inflação no Brasil. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/Pec/metas/TabelaMetaseResultados.pdf>. Acesso em 04 de janeiro de 2018.

CORREIA, F. M. A aritmética do ajuste fiscal e o crescimento econômico no Brasil. *Economia & Tecnologia*. Curitiba, ano 04, v. 13, p. 65-70, abr./jun. 2008

MONTES, G. C. Política monetária, inflação e crescimento econômico: a influência da reputação da autoridade monetária sobre a economia. *Economia e Sociedade*. Campinas, v. 18, n. 2 (36), p. 237-259, ago. 2009.

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (PMDB). *Uma ponte para o futuro*. São Paulo: Fundação Ulysses Guimarães, 2015.

RICARDO, J. G. S. *Migração, Direito Internacional e os casos de crianças refugiadas no Rio de Janeiro (Brasil), Ameca (México) e San José de David (Panamá): Etnografia nas fronteiras internacionais*. Monografia de graduação. Centro de Ciências Humanidades e Sociais. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2017. 65 p.

SANTORO, J. P. C. *A Inflação Brasileira entre 2000 e 2014: um Enfoque Heterodoxo*. Dissertação de mestrado. Instituto de Economia do Programa de Pós-graduação em Economia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015. 146 p.